

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Faremos, então, a verificação de votação. Verificação de votação, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Vamos proceder a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

A partir deste momento, estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos, para que as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que não se encontram em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar a bancada PT/PCdoB/PV em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Federação PT/PV/PCdoB em obstrução.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar a bancada do PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Bancada PSOL REDE em obstrução.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Pela ordem, Sr. Presidente. União Brasil em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - União Brasil em obstrução.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PSB em obstrução.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente. Com anuência do líder, colocar o Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com anuência do líder, Progressistas em obstrução.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente. PSDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Federação PSDB Cidadania em obstrução.

O SR. RICARDO FRANÇA - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente. Colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Podemos em obstrução.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Colocar o PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PSD em obstrução.

Tendo transcorrido os quatro minutos, o sistema eletrônico ficará então aberto para que as Sras. Deputadas e Srs. Deputados votem “sim”, “não” ou registrem “abstenção” nos terminais dispostos em suas mesas.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Para pedir à base aliada, a toda a base aliada, que vote “sim” no método de votação. Votando “sim”.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está registrado o pedido de V. Exa., deputado Jorge Wilson, líder do Governo.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para votar o método desse importante projeto para o Pontal e também para o Vale do Ribeira, eu voto “sim”, Sr. Presidente, e coloco a bancada do Partido Liberal em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Carlos Cezar vota “sim” e coloca o PL em obstrução.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. Para votar “sim”, uma homenagem singela ao nosso líder, Xerife do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Valdomiro Lopes vota “sim”.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Para consignar o meu voto como “sim” e para desejar também muita saúde e muita paz para o nosso deputado, nosso par aqui, Thiago Auricchio, que na data de hoje completa mais um ano de vida. Muita saúde, meu irmão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Jorge Wilson vota “sim”.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Sim, pelo Agro.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Lucas Bove “vota” sim.

-Verificação de votação pelo sistema eletrônico.

Não havendo mais deputados interessados em consignar seu voto pelos microfones de aparte, passaremos então à alteração de votos. Pergunto às Sras. Deputadas e Srs. Deputados se algum dos senhores gostaria de alterar o seu voto. Não havendo deputado interessado em alterar o voto, passaremos à proclamação do resultado.

Votaram “sim” 43 deputados, mais este presidente, total de 44 votos, quórum insuficiente para a aprovação do requerimento, que fica com votação adiada. (Palmas.)

Está esgotado o objeto.

Gostaria, antes de encerrar a sessão, também parabenizar o nobre deputado Thiago Auricchio, nosso presidente da comissão CCJ. Que Deus abençoe. Muita saúde, Thiaguinho. Uma salva de palmas para o nobre deputado Thiago Auricchio. Muita saúde. (Palmas.)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 17 horas e 34 minutos.

24 DE ABRIL DE 2024 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão às 14h. Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 17 horas.

2 - LECI BRANDÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

11 - CARLOS GIANNAZI

Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.

12 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido e suspende a sessão às 14h52min, reabrindo-a às 16h32min.

ORDEM DO DIA

13 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Coloca em votação e declara aprovados, separadamente, os requerimentos de criação de comissão de representação, dos deputados: Ediane Maria, com a finalidade de participar da mesa de autoridades da Sessão Solene de Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das

Trabalhadoras Domésticas, no dia 25/04, em Brasília-DF; e Rafael Saraiva, com a finalidade de participar de agenda para tratar de pautas legislativas atinentes à habitação e ao sistema financeiro da habitação em tramitação na Câmara dos Deputados, nos dias 23 e 24/04, em Brasília-DF. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PL 1611/23. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas e 45 minutos.

14 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 25/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 17 horas. Levanta a sessão às 16h34min.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 17 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 16a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 25/04/2024.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Neste momento, passamos ao nosso Pequeno Expediente, convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.)

Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Nobre deputada Leci Brandão. Só corrigindo aqui, a nossa Ordem do Dia, a nossa pauta, será o Projeto de lei nº 1589, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Excelentíssimo Sr. Presidente, deputado Gilmaci, prazer em revê-lo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários desta Casa, público que nos assiste pela nossa TV AleSp, funcionários de serviços gerais, que Deus os proteja sempre. Sr. Presidente, eu estou ocupando esta tribuna para relatar e pedir providências para uma situação que chegou ao nosso conhecimento na última semana.

As merendeiras das escolas públicas municipais de Ribeirão Pires relataram as difíceis condições de trabalho a que estão sendo submetidas. Trabalhadoras que são concursadas e já têm anos nessa função estão sendo enquadradas como agentes escolares. Com isso foram atribuídas a elas mais atividades.

Ou seja, além de preparar a alimentação dos alunos, elas também têm que exercer funções de faxina. Por outro lado, os funcionários terceirizados que são contratados para essa função estão com menos atribuições e estão recebendo um salário maior.

Eu trouxe essa questão para este plenário porque há muito tempo no nosso Estado existe uma política de desvalorização dos servidores públicos e esse é mais um exemplo dessa situação. Todo mundo sabe que sou uma filha de servente de escola pública e que já ajudei minha mãe nessa função.

Eu sei o que que é limpar sala de aula várias vezes ao dia e se junto a isso as trabalhadoras ainda têm que fazer alimentação dos alunos, aí estamos falando de exploração sem limites. Os funcionários públicos tanto municipais quanto estaduais precisam ser valorizados.

Não podemos permitir esse tipo de atitude por parte do Poder Público e como estamos falando de servidores públicos, quero registrar que no nosso mandato, através do nosso assessor Julião Vieira, que é o presidente nacional Unegro, e entidades do movimento negro também se reuniram ontem com a bancada de negros e negras da Câmara Federal com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, para discutir o PL 1958/21, sobre a lei de cotas para negros e negras nos concursos públicos federais. Cotas para negros e negras no serviço público, Sr. Presidente, sim. Cotas para os negros e negras no serviço público, sim.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada Leci, que também para mim é um honra e um prazer revê-la, sempre bom. Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.)

Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.)

Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Rômulo Fernandes. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Felipe Franco. (Pausa.) Deputado Atila Jacomissi. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, gostaria de assinalar, presidente Gilmaci Santos, que o governador se comprometeu com o ministro Barroso para que a Polícia Militar venha a usar câmeras corporais em operações, conforme registra hoje Mônica Bergamo e Karina Matias na “Folha”, na internet.

O governador Tarcísio de Freitas, Republicanos, assumiu o compromisso de que policiais militares usem câmeras corporais durante operações no estado de São Paulo. O compromisso foi feito pelo governo com o presidente do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, no âmbito da ação em que a Defensoria Pública do Estado pede a obrigatoriedade do uso dos aparelhos. A gestão Tarcísio apresentou um cronograma que estabelece a implementação das câmeras até setembro deste ano.

No ano passado, a Defensoria Pública do Estado e a ONG Conecta Direitos Humanos protocolaram na Justiça paulista uma ação pedindo a obrigatoriedade do uso das câmeras. As entidades chamaram a atenção no processo para relatos de supostas execuções sumárias, tortura e invasão em Guarujá e Santos, dentro da Operação Escudo.

A Defensoria requisitou as imagens das câmeras, que não deveriam estar sendo usadas nos uniformes pelos policiais. Mas não havia imagens disponíveis na maioria das ações com mortes.

A operação policial que foi desencadeada em julho e setembro do ano passado foi uma das mais letais da Polícia Militar. Ao menos 28 pessoas morreram em 40 dias em supos-

tos confrontos com policiais militares. Uma decisão de primeira instância chegou a determinar que o Governo do Estado utilizasse os equipamentos em todas as operações do tipo.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, no entanto, derrubou a decisão horas depois, após entender que o aumento do gasto com as câmeras irá interferir diretamente no orçamento e na definição de política pública pelo Governo do Estado.

O custo anual aos cofres estaduais seria de 330 milhões até um bilhão de reais. O Órgão Especial do Tribunal negou um pedido para derrubar a decisão do presidente. A Defensoria, então, acionou o Supremo Tribunal Federal.

Em dezembro do ano passado, o ministro Barroso rejeitou ordenar a obrigatoriedade do uso das câmeras de forma imediata pelas questões orçamentárias, mas defendeu a importância da utilização dos equipamentos.

A letalidade policial desabou em batalhões do estado de São Paulo após a expansão do programa de implantação de câmeras nos uniformes dos policiais, em 2021.

Segundo levantamento apresentado pela “Folha”, nas 18 unidades da Polícia Militar em que o programa foi adotado na Capital eleitoral e interior, a diminuição de pessoas mortas em supostos confrontos chegou a 85% de junho a dezembro de 2021, comparados ao mesmo período de 2020.

Após Barroso negar a ação, a Defensoria ingressou, então, com um pedido de reconsideração, argumentando que houve aumento de mortes nas ações da PM do estado paulista. Entre 3 de fevereiro e 1º de abril deste ano, ao menos 56 pessoas morreram em supostos confrontos com policiais na Operação Verão, realizada em cidades do litoral paulista.

A ação é a segunda mais letal da história da polícia de São Paulo, atrás apenas do massacre do Carandiru, quando 111 homens foram mortos durante a invasão da casa de detenção, em 2 de outubro de 92.

A partir do pedido da Defensoria, o presidente do Supremo Tribunal Federal requereu à gestão Tarcísio informações sobre o assunto. O governo estadual enviou ao ministro um cronograma de implantação dos equipamentos, com a promessa de publicar, em maio, o edital de compra das câmeras corporais.

Diante do compromisso assumido, Barroso negou novamente o pedido da Defensoria, mas destacou que a execução do cronograma proposto por Tarcísio será acompanhada pelo Núcleo de Processos Estruturais e Complexos do Tribunal.

“O uso das câmeras corporais é uma medida relevante para a execução de política pública da Segurança. Os equipamentos protegem tanto os cidadãos como os próprios policiais, já que coíbem abusos nas operações, protegem policiais de acusações infundadas e incentiva a adoção de comportamentos mais adequados por ambas as partes”, afirma Roberto Barroso, em sua decisão.

“Além disso, a medida amplia a transparência, a legitimidade, a responsabilidade da atuação policial e serve como um importante meio de prova em processos judiciais”, acrescenta o ministro. A iniciativa de utilização das câmeras acopladas aos uniformes das PMS foi feita durante a gestão de João Doria como governador.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para a conclusão, deputado, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Apenas para concluir, o número de pessoas mortas por policiais militares em serviço no Estado teve aumento de 38% no ano passado, o primeiro de Tarcísio, em relação a 2022, quando São Paulo foi governado pelos, então tucanos, João Doria e Rodrigo Garcia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra, a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.)

Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira. (Pausa.) Deputado Altair Moraes. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.)

Passamos à Lista Suplementar, deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o público presente, saudar os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica e da Polícia Civil; saudar também o deputado Suplicy, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, e também o deputado Gilmaci Santos, o nosso “candidate designated” ou o nosso candidato designado. Também saudar todos aqueles e aquelas que estão nos acompanhando pela Rede AleSp.

Presidente Gilmaci, eu trago hoje à tribuna mais uma matéria em que se prova o que eu venho falando desde quando este governo chegou, desde quando este governo tomou posse.

Ele, quando nomeou o secretário, que foi tenente na Rota, que foi capitão e aí deputado federal, para comandar a secretaria de Segurança, ele transformou a Secretaria de Segurança Pública em uma secretaria da Polícia Militar. É urgente que se crie uma secretaria da Polícia Civil, já que o modelo de gestão dele é esse.

O jornal “Metrópoles” traz aqui o que vai comprovando mais essa minha tese: “o secretário Derrite turbina investimento na Polícia Militar, e gastos com a Polícia Civil minguam. A gestão de Guilherme Derrite triplicou a verba para investimento na Polícia Militar, enquanto liberou apenas 636 mil reais para a Polícia Civil em 2024.”

Por isso que, quando a gente anda pelo interior afora, a gente recebe várias reclamações de integrantes da Polícia Civil em relação à falta de recursos. Recursos para manutenção, recursos para garantir a funcionalidade dos prédios, para compra de materiais.

“Criticado por delegados da Polícia Civil paulista, o favorecimento da gestão do secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, à Polícia Militar vai além do plano de empoderar a PM para que ela faça investigações e do protagonismo dado à corporação nas operações de combate ao crime organizado.” É o que aconteceu com a operação em que foram convocados apenas policiais militares, fruto de uma investigação que foi totalmente feita pela Polícia Civil.

“Levramento feito pelo “Metrópoles”, com base nos dados da Secretaria Estadual da Fazenda, mostra que a atual gestão mais do que triplicou os investimentos previstos para a PM neste ano e já liberou, para gastos da corporação com obras e compra de equipamentos, um valor 38 vezes maior do que o empenhado para a Polícia Civil desde janeiro.

No ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou um orçamento de 20,7 milhões em investimentos para a Polícia Militar e de 16,3 milhões para a Civil. É desse montante que as polícias tiram dinheiro para reformar batalhões e delegacias e comprar armas e viaturas, por exemplo.

Ao longo deste primeiro quadrimestre, o governador Tarcísio de Freitas autorizou remanejamentos de recursos que elevaram o caixa da Polícia Militar para 70,5 milhões, aumento de 240% e da Polícia Civil para 24 milhões, alta de 47 por cento.
Até agora, contudo, a gestão só liberou 636 mil em investimentos para a Polícia Civil, ou 2,6% do total, enquanto que a Polícia Militar já pôde aplicar 24,6 milhões, 29,3% de todo o orçamento atualizado para este ano. Uma reforma de delegacia, por exemplo, pode chegar a um milhão, em média.

O resultado coloca a Polícia Civil como a força de Segurança Pública paulista que menos investiu até o momento,

atrás da Polícia Técnico-Científica, com 1,5 milhão em recursos empenhados, e do Corpo de Bombeiros, com 3,5 milhões empenhados, segundo dados oficiais da Secretaria da Fazenda.

O “Metrópoles” questionou a Secretaria da Segurança Pública sobre a discrepância entre os valores proporcionalmente empenhados em investimentos para as duas polícias, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.”

Então, essa forma de tratar a Polícia Civil está provocando muita insatisfação entre os policiais civis. Um desprestígio que o secretário promove em relação à Polícia Civil, e isso vem desde o reajuste.

O reajuste, nós somamos toda a massa salarial que foi dada à Polícia Militar e toda massa salarial que foi dada à Polícia Civil, e a diferença é de quase cinco por cento. Também a questão do vale-refeição. Quando a gente trata da Polícia Militar, o teto ficou em sete mil e 800 reais. O teto para a Polícia Civil, cinco mil e 400 reais.

Então, o que eu peço ao secretário da Segurança Pública é a busca de um tratamento isonômico, é tratar também a Polícia Civil com prestígio, dar o atendimento que a Polícia Civil precisa no dia a dia, ter a estruturação, ter recurso para fazer as reformas de delegacia.

Está comprando viaturas? Eu até fiz um requerimento de informação para o secretário, para ele me informar quantas viaturas ele comprou para a Polícia Militar e quantas ele comprou para a Polícia Civil, porque o que a gente observa é que a Polícia Civil não tem nenhuma viatura nova. Todas estão caindo aos pedaços, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Reis. Com a palavra o deputado Capitão Telhada.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Uma excelente tarde, Sr. Presidente, todos os deputados que nos acompanham, funcionários civis e militares. Estamos cá nós em mais uma quarta-feira, com diversos assuntos acontecendo em São Paulo e no Brasil.

Eu queria, primeiro, nesses cinco minutos, comentar acerca da notícia que vimos hoje do governador de São Paulo reafirmando, ou, assumindo o compromisso, mais uma vez, com o STF, em relação às câmeras corporais. Acho que o deputado Reis também citou isso, em relação a esse compromisso.

Preocupa-me o primeiro ponto. Imposição judicial, ordem judicial, criando comprometimento, criando obrigações sobre um recurso que deve ser gerido por cada estado, por cada governo, que conhece as suas prioridades, que conhece o seu povo, que conhece as suas polícias e as suas instituições.

Então, não me parece interessante no Brasil que a Suprema Corte venha impor algo sobre qualquer governo que seja e sobre qualquer assunto. O governo de São Paulo se comprometeu em manter, ou em ter as câmeras corporais, como vem fazendo desde quando assumiu.

No primeiro mês de 2023, do ano passado, o governo de São Paulo, na figura do governador, do secretário de Segurança Pública, não deixou qualquer contrato em relação às câmeras findar-se, não deixou uma câmera sequer deixar de ser usada, pelo contrário.

Eu estive em contato agora, recentemente, com uma nova tecnologia que a Polícia Militar está criando, que é a câmera acoplada ao teto da viatura, com a capacidade de leitura OCR. Ou seja, no mesmo tempo em que o policial vai patrulhando com a sua viatura pelas vias públicas, a câmera em cima do teto da viatura vai fazendo a leitura de placa, veículos parados, veículos em andamento, quatro rodas, duas rodas... vai fazendo a leitura da câmera interligada com o banco de dados do Estado, verificando se aquele carro é lícito ou é ilícito, um produto de roubo e furto, e aparece em tempo real no tablet ou no celular da viatura, que tem ali sob controle o policial militar.

Essa é a tecnologia que eu quero ver em nossa São Paulo e no nosso Brasil, não uma tecnologia para controlar, para colocar coleira no policial. Eu quero ver uma tecnologia que proteja o nosso policial de fato, porque ele está no patrulhamento e pode se deparar com um veículo roubado, que já está no banco de dados, mas que ele não tinha notícias pela rede rádio. Isso é proteção, é inteligência, é responsabilidade e é valorizar o nosso profissional que se entrega todo dia em defesa do cidadão.

Agora, câmera corporal, vai ser feito... tem uma nova programação de novas contratações. Tudo bem. Só que, uma câmera que não sirva para controle de letalidade, controle da disciplina ou de verificação de 12 horas do turno de serviço do nosso policial, porque é só para isso que serve a nossa câmera aqui, em São Paulo, hoje. Foi instalada de maneira errada e com o foco errado.

Nós precisamos de uma câmera, se for para ter, que tenha, que traga proteção ao nosso profissional, que ela seja capaz de comunicar um caso de emergência quando o policial se vê... Porque, infelizmente, nem todo o policial tem um HT na cinta, ele não consegue se comunicar com o Copom, mas ele tem a câmera.

Então, que essa câmera sirva, no mínimo, para que ele possa pedir socorro quando se vê sozinho, ou com um parceiro, em uma situação de enfretamento, no meio do mata, dentro de uma residência, em uma situação de roubo ou em um tiroteio. É o mínimo que a gente espera.

Eu tenho certeza de que o nosso secretário e do nosso governador tem essa visão de cuidado e de valorização do homem e da mulher, do policial militar, do policial civil e do policial técnico-científico.

O que nós menos precisamos agora é aflorar ou fomentar qualquer discórdia entre as polícias. Isso é um ato de irresponsabilidade. Nós temos que fomentar a integração das polícias, que elas se ajudem, que trabalhem juntas, e que nós, deputados aqui, possamos dar suporte para que elas consigam cumprir as suas funções, que não são poucas.

Se não são as nossas polícias no estado de São Paulo e no Brasil - inclusive a Polícia Penal, dentro das cadeias, dando cuidado para um monte de vagabundo lá condenado -, se não são as nossas polícias, nós não temos nada, nós estaríamos no caos total.

Então cabe a nós trazermos paz, entendimento, diálogo, verbalização e suporte para que as iniciativas do governo aconteçam e o nosso policial seja valorizado.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS -